

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 755.923 - CE (2015/0189789-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : PAR REPRESENTAÇÕES LTDA  
**ADVOGADO** : JOSÉ ABNEAS BEZERRA - CE004618  
**AGRAVADO** : BRITANIA ELETRODOMESTICOS LTDA  
**ADVOGADO** : JEFFERSON LINS VASCONCELOS DE ALMEIDA - PR022718

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

*DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE DEPÓSITO DO PREPARO DO APELO ADESIVO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. PLEITO DE DIREITO ALHEIO EM NOME PRÓPRIO. PARCIAL ACOLHIMENTO. MÉRITO CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL. RELAÇÃO TÁCITA CONFIGURADA. COMISSÕES E INDENIZAÇÕES DEVIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE ABATIMENTO DOS TRIBUTOS DA BASE DE CÁLCULO DAS COMISSÕES. COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CORE. APELO PRINCIPAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APELO ADESIVO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA REFORMADA.*

*1. Trata-se de Apelação Cível acompanhada de Recurso Adesivo em face de sentença proferida pelo Douto Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, que julgou parcialmente procedente a ação indenizatória formulada pela segunda apelante.*

*2. PRELIMINAR. Em relação à apelação adesiva, constata-se que não foi apresentado comprovante de pagamento das custas judiciais, sendo imperativo o não conhecimento do referido recurso, de acordo com os arts. 500, inciso III e 511, ambos do Código de Processo Civil. PRELIMINAR ACOLHIDA.*

*3. Em suma, a demanda gira em torno da relação de representação comercial sucedida entre três empresas, das quais o titular é o mesmo, e a apelante, em que as primeiras representaram sucessivamente a última, havendo a substituição de uma na função quando da criação de outra.*

*4. Compulsando os fólios, verifica-se que entre janeiro de 1979 até agosto de 1992, vigorou um contrato de representação comercial entre a apelante "BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA." e "PAR- PROPAGANDA ADM. E REPRESENTAÇÕES LTDA."; que entre agosto de 1992 e abril de 1998, existiu um contrato entre "2001 COMÉRCIO LTDA." e a empresa representada, mas o*

*serviço integral só foi efetivamente prestado por essa pessoa jurídica até agosto de 1997, quando o Sr. Antônio Hugo de Melo Vale formalizou um pedido para elaboração de um novo adendo ao contrato, para que sua nova empresa, "PAR REPRESENTAÇÕES LTDA", representasse comercialmente a apelante, restando à empresa "2001 Comércio e Representações LTDA." a atuação somente na área de serviços.*

*5. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. O fato de o titular de todas as três empresas ser o mesmo e de o contrato de representação comercial ser intuitu personae não o autoriza a valer-se de uma pessoa jurídica para litigar em ação requerendo direitos de outros sujeitos. No entanto, não se pode afirmar que todo o pleito da PAR REPRESENTAÇÕES LTDA. restringe-se a esse período, havendo que se considerar que de setembro de 1997 até março de 1998, o Sr. Antônio Hugo de Melo Vale, já em nome da apelada e através dela, afirma que prestou serviços à apelante, merecendo análise de mérito essa assertiva. PRELIMINAR PARCIALMENTE ACOLHIDA.*

*6. MÉRITO In casu, compulsando os fôlios, o que se vislumbra é que restou demonstrada a relação de representação comercial entre "PAR REPRESENTAÇÕES LTDA." e "BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.", comprovada pela remessa dos pedidos, pelo faturamento da mercadoria, pela emissão de notas fiscais das comissões e pelo respectivo pagamento por parte da empresa representada, bem como pela troca de informações entre as empresas.*

*7. Merece reproche a alegação da "BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA." de que não percebeu a alteração da empresa, acreditando ainda tratar com a "2001 COMÉRCIO LTDA." e, portanto, não deveria ser reconhecida nenhuma relação entre elas, pois o fato é que aquela se beneficiou da prestação de serviços da apelada, restando constituído um contrato tácito de representação comercial.*

*8. A consensualidade configura-se pelo encaminhamento de fax à apelante, informando a mudança da empresa no segmento das representações, vislumbrando-se também que o assunto já teria sido acertado anteriormente; bem como pelo envio de correspondências pelos funcionários da empresa representada para a empresa representante, inclusive enunciando a denominação desta, requestando indicação de "outro autorizado" e solicitando remessa de produtos.*

*9. Apesar de a legislação ter determinado que as relações de representação comercial sejam pactuadas na sua forma escrita (art. 40 da Lei nº 4.886/65), o fato de o contrato em apreço ter sido instituído apenas na sua forma verbal não o desqualifica ou invalida. Precedentes.*

*10. Como a rescisão contratual operada pela apelante não foi justificada, pois questões atinentes à empresa "2001 COMÉRCIO*

*LTDA." que porventura dessem azo à rescisão não comprometem os direitos da apelada "PAR REPRESENTAÇÕES LTDA.", já que se tratam de empresas distintas; é cabível o pagamento pela mesma de importância igual a um terço (1/3) das comissões auferidas pela representante nos três meses anteriores à rescisão, bem como a indenização em montante não inferior a 1/12 (um doze avos) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação (setembro de 1997 até março de 1998).*

*11. Ademais, é devida a diferença entre as comissões desse período que tiveram dedução de imposto, pois o § 4º do artigo 32 da Lei nº 8420/92 determina que as comissões deverão ser calculadas pelo valor total das mercadorias, tendo o Egrégio Superior Tribunal de Justiça interpretado que a comissão deve ser calculada com base no preço da mercadoria no momento da venda intermediada pelo representante, o que corresponde ao valor total do produto até essa fase da comercialização, não se podendo abater os tributos da base de cálculo da comissão.*

*12. Quanto à alegação de que a apelada não apresentou comprovante de que estava inscrita no Conselho Regional dos Representantes Comerciais (CORE), requisito que, de acordo com a apelante, seria essencial para a prática da representação autônoma; a irresignação foi apresentada tardiamente, pois é cediço que a contestação é o momento oportuno para que o réu exponha todas as suas teses de defesa; de forma que, em regra, não é permitido ao demandado deduzir novas alegações em outra oportunidade.*

*13. Além disso, a apelada "PAR REPRESENTAÇÕES LTDA.", em sede de contrarrazões, anexou certidão comprovando que desde 16/09/1997 estava inscrita no CORE, tornando inócuo o argumento da apelante.*

*14. Assim, reforma-se a decisão do Exmo. Juízo a quo apenas para reconhecer a ilegitimidade ativa ad causam da apelada no que concerne aos períodos contratuais de janeiro de 1979 até agosto de 1997; verificando, contudo, a respectiva legitimação quanto ao interstício compreendido entre setembro de 1997 a março de 1998, lapso temporal que deve ser empregado como parâmetro para o cálculo das importâncias devidas.*

*15. Em face da sucumbência recíproca, uma vez que houve julgamento de parcial procedência da ação, condeno ambas as partes ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 15 % (quinze por cento) sobre o valor da condenação, em conformidade com o § 3º do artigo 20 e com o artigo 21 do Código de Processo Civil.*

*16. Apelo principal conhecido e parcialmente provido. Apelo adesivo não conhecido. Sentença reformada. (e-STJ, fls. 1.280/1.282)*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 1.476/1.487).

Novos declaratórios foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.525/1.535).

Os terceiros embargos de declaração foram opostos e rejeitados, com imposição de multa (e-STJ, fls. 1.579/1.589):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO CIVIL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CPC. MANIFESTO CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA (ART. 538 § ÚNICO DO CPC). ACLARATÓRIOS REJEITADOS.*

*1. Os Embargos de Declaração interpostos, em verdade, veiculam pretensão distinta da finalidade essencial da via recursal utilizada, pois não se vislumbra a necessidade de saneamento de qualquer vício na decisão vergastada, visto que a postulação apresentada pretende a rediscussão de matéria já devidamente apreciada, sem se enquadrar no permissivo legal positivado no art. 535 do Código de Processo Civil.*

*2. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade a serem sanados, pois o objeto da presente insurreição é modificar o que já foi decidido no julgamento da apelação e confirmado pelos dois outros embargos de declaração, possuindo nítido caráter protelatório.*

*3. Considerando a utilização pela embargante de argumentos infundados e a ausência incontestes dos vícios ventilados, aplica-se à insurgente a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil.*

*4. Embargos rejeitados.*

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação aos artigos 535 e 538 do Código de Processo Civil; e 385 do Código Civil. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, uma vez que na ementa não constou informações relevantes que estão da fundamentação do voto condutor do julgado, alega que não houve pronunciamento acerca da tese de que as alterações da pessoa jurídica representante tinham anuência expressa da recorrida, bem como não foram especificados os requisitos não preenchidos para a caracterização da sucessão comercial.

Por fim, aduz que o afastamento da multa ante a oposição dos embargos

de declaração é medida que se impõe, considerando a ausência de intuito protelatório do recurso.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.375/1.384, e -STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado Administrativo 2 do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

De início, cumpre asseverar que não se visualiza a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas.

De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Impende ressaltar que "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16.05.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 02.05.2005. Destarte, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal, o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, mormente quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos (EDcl no Resp 202.056/SP, 3ª Turma, Rel. Min. CASTRO FILHO, DJ de 21.10.2001).

No que tange ao artigo 538, do CPC, a recorrente alega que os embargos de declaração tiveram a intenção clara de prequestionar matéria e não tiveram caráter

procrastinatório.

Esta Corte Superior de Justiça, manifesta-se no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à simples rediscussão dos fundamentos da decisão embargada e que, identificado o caráter protelatório do recurso interposto com aquele fim, abusando o embargante no seu manejo, impõe-se a aplicação da multa prevista no art. 538 do CPC (EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 931.434/MS, Relator Ministro Massami Uyeda, DJ 26/9/2008).

No mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA. CANCELAMENTO. PARTE. NÃO COMPARECIMENTO. JUSTA CAUSA. ART. 453, II, DO CPC/73. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. SEGUNDOS EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC. AGRAVO INTERNO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. MULTA. ART. 1.021, §§ 4º E 5º, DO CPC.*

*1. O recurso especial não se presta ao reexame de provas, como ensina o verbete n. 7 da Súmula desta Casa, o que torna inadmissível o recurso especial que questiona a justa causa da parte, antecedentemente comunicada, quanto à impossibilidade de comparecimento à audiência de instrução, cuja realização acarretou em cerceamento de defesa, assim reconhecidos pelo Tribunal local.*

*2. Os embargos de declaração que apenas reiteram alegações já repelidas em embargos de declaração anteriores manifestam propósito protelatório, a ensejar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1276499/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 21/11/2017)

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INCAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. BENS PENHORADOS. POSSE DO DEVEDOR. JUSTA CAUSA. ART. 666 DO CPC. REGRA NÃO ABSOLUTA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA. DECLARATÓRIOS PROCRASTINATÓRIOS. MULTA. CABIMENTO. (...)*

*2. "No caso, não se pode afastar a aplicação da multa do art. 538 do CPC, pois, considerando-se que a pretensão de rediscussão da lide pela via dos embargos declaratórios, sem a demonstração de quaisquer dos vícios de sua norma de regência, é sabidamente*

*inadequada, o que os torna protelatórios, a merecerem a multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC" (EDcl no AgRg no Ag nº 1.115.325/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 4/11/2011).*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no REsp 1262256/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, DJe 14/05/2014)

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. BENEFICIÁRIO. LIVRE ESCOLHA. SÚMULA 83/STJ. INTERVENÇÃO DO MP. PREQUESTINAMENTO. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA.**

*1. A falta de prequestionamento do art. 82, I, do CPC, impede o conhecimento do recurso especial quanto à intervenção obrigatória do Ministério Público. Súmulas 356/STF e 211/STJ.*

*2. Encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação deste Tribunal no sentido de que nos contratos de seguro de vida o segurado tem livre escolha quanto ao beneficiário do prêmio, opção sem relação alguma com a meação de bens ou direitos dos herdeiros do falecido, incide o enunciado da Súmula 83/STJ.*

*3. Hipótese em que os segundos embargos de declaração não foram opostos com a finalidade de corrigir os vícios do art. 535 do CPC, mas de modificar a conclusão do acórdão embargado, mediante a revisão dos seus fundamentos e com os mesmos argumentos examinados e rejeitados nos primeiros embargos, circunstância que afasta a aplicação da Súmula 98/STJ e revela pretensão incompatível com a natureza do recurso. Precedentes.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no REsp 1156910/AM, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 05/03/2013)

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que o ora recorrente não realizou o cotejo analítico entre os vv. acórdãos em comparação, limitando-se a transcrever cópia de ementas. No entanto, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que a mera transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação da divergência jurisprudencial.

Nessa linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO.**

*REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.*

*(...)*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.*

*(...)*

*3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator